



## Os caminhos atribulados dos complementos curriculares e dos apoios sociais às famílias

O XXI Encontro Regional de Associações de Pais de Lisboa, subordinado ao tema “*Uma Escola para a Comunidade ou uma Escola da Comunidade?*”, abordou nas intervenções do painel “*Sucessos e insucessos escolares - os caminhos atribulados dos complementos curriculares e dos apoios sociais às famílias*” e no debate que se seguiu, alguns aspectos que destacamos de seguida.

### **O Alargamento do horário e o enriquecimento curricular:**

- Constituem um processo que corresponde à resposta que o Movimento Associativo de Pais há muito exigia;
- São necessários à valorização dos saberes e das competências das crianças e à sua formação e desenvolvimento integral no contexto da actual sociedade globalizada;
- São indispensáveis na ausência de políticas de família assentes na conciliação entre vida familiar, profissional e escolar, conferindo tempo aos pais para poderem ser efectivos pais presentes;
- São obrigatórios como apoio à família no quadro das actuais políticas de emprego designadas por “*flexisegurança*” e que se caracterizam pela flexibilidade / instabilidade da relação contratual, da remuneração e do horário de trabalho das Mães e dos Pais.

### **Se houver vontade política nesse sentido, a medida pode positivamente:**

- Dar início ao processo de universalização da escola a tempo inteiro como factor de equidade e promotor da igualdade de oportunidades;
- Aumentar competências, qualificações e escolaridades;
- Reforçar a componente de apoio à família;
- Integrar e reforçar a capacidade interventora da Escola Pública, valorizando o papel social da Escola e do próprio professor.
- Reforçar os laços da Escola com a sociedade, na edificação de uma Escola da Comunidade, para a Comunidade;
- Aumentar a proximidade da gestão global do Ensino e da Escola pública da comunidade onde está inserida, desconcentrando e descentralizando;
- No quadro do Estado Social, reforçar a Escola Pública, universal, gratuita e a tempo inteiro, e assim promover a igualdade de oportunidades.

**Mas**, os casos em que a implementação das AEC se fez minimizando sobressaltos foram escassos e corresponderam àqueles em que as autarquias, os agrupamentos e as Associações de Pais utilizaram a experiência que possuíam e a confiança mútua para ultrapassarem os condicionamentos existentes e as dificuldades sentidas.

### **De uma forma geral, a sua implementação desregulada e sem audição prévia dos parceiros com experiência, causou:**

- Um processo pouco regulado, cuja implementação, por manifesta inexperiência de promotores e executores, acabou por se revelar pouco integradora no sistema de ensino e escolar;
- A existência municípios e comunidades que não iniciaram o processo ou o deixaram incompleto, originando a exclusão e desigualdade de oportunidades entre crianças;
- A diminuição da qualidade e da diversidade da oferta face às experiências existentes, o que não seria necessário tendo em conta a quantidade da procura;



- O deficit na qualidade pedagógica e na formação dos profissionais docentes e não docentes;
- A reduzida ou inexistente coordenação pedagógica por parte dos Agrupamentos e dos seus Conselhos Executivos, com a consequente falta de assimilação destas actividades ao currículo, de que se pressupõe de enriquecimento;
- A desorganização e disparidade de critérios, que promovem desigualdades territoriais e sociais, desigualdade de oportunidades e quebra da Coesão social, princípio base da Escola Pública.

### **É NOSSA CONVICÇÃO INEVITÁVEL E IMPRESCINDÍVEL**

#### **Ao Ministério:**

- **Implementar de imediato uma entidade reguladora** ao nível da administração central, que responda com celeridade às dúvidas e problemas colocados quer pelos agrupamentos, quer pelas autarquias, quer pelos Pais. O papel de observatório atribuído à actual Comissão Nacional de Acompanhamento é manifestamente insuficiente face à urgência de resposta que os problemas no terreno colocam no imediato;
- **Clarificar os parâmetros pedagógicos, curriculares, técnicos e logísticos obrigatoriamente comuns**, possibilitando e flexibilizando assim a promoção local diversificada da oferta e ajustando-a ao desenvolvimento etário;
- **Regulamentar / dar orientações claras** para as coordenações pedagógicas a desenvolver pelos agrupamentos;
- **Promover as necessidades efectivas dos Agrupamentos para a promoção das AEC**, nomeadamente através de um corpo estabilizado de profissionais qualificados, que realize uma verdadeira sequencialidade pedagógica das actividades, tendo em conta as especificidades da faixa etária dos alunos abrangidos;
- **Desenvolver uma estratégia de formação / qualificação pedagógica** dos professores e monitores contratados para as AEC;
- **Reforçar e formar o pessoal auxiliar de acção educativa necessário** às diversas escolas dos agrupamentos para garantir o seu normal funcionamento e o apoio à escola a tempo inteiro.
- **Rever provisoriamente os critérios de apoio financeiro, diferenciando as autarquias** com necessidades específicas, como escolas em horário duplo ou em meio rural.
- **Desenvolver uma estratégia de formação / qualificação dos Agrupamentos** para uma correcta gestão e coordenação das AEC num quadro de desenvolvimento da Autonomia dos Agrupamentos.

Esta estratégia deve envolver todas as áreas, para que **o enriquecimento curricular resulte em impacto positivo a nível das competências adquiridas pelos alunos** até final da sua formação básica.

#### **Às Autarquias:**

- **Assumir como prioridade a reconversão e o melhoramento do parque escolar** consideradas as novas realidades (alargamento, enriquecimento e apoio à família);
- Promover a criação de **Comissões Municipais de Acompanhamento** destas medidas, através dos Conselhos Municipais de Educação, comissões que tenham um carácter regulador e de monitorização / avaliação local;
- **Promover outro modelo de contratação dos professores das AEC** que responda efectivamente às necessidades dos Agrupamentos para as promoverem e facilite a estabilidade e a qualificação daqueles profissionais nas escolas. Recordar-se que estamos perante crianças de 6 a 10 anos;



- **Promover, num quadro de descentralização, critérios orientadores complementares para as AEC que possam facilitar as estratégias de desenvolvimento local e regional**, através dos Conselhos Municipais de Educação, da participação nos Órgãos de Gestão e Administração da Escola e em auscultação e parceria com a comunidade escolar.

#### **Aos Agrupamentos / Conselhos Executivos:**

- **Implementar a Coordenação Pedagógica**, a iniciar pela elaboração dos horários e da sua distribuição pelas AEC, passando pela verificação das qualificações dos professores das AEC e até pela organização logística;
- **Reforçar a intervenção pedagógica, técnica e logística do Agrupamento** neste processo, como elemento de valorização social da Escola e do Professor perante a comunidade;
- **Facilitar a integração profissional e pedagógica dos professores contratados**, de forma a facilitar aquela coordenação e a integração curricular;
- **Informar os pais da avaliação do aluno efectuada nas AEC** em complementaridade com a do Currículo;
- **Apoiar e reforçar a participação das APEE na Escola, bem como da restante comunidade educativa**, como componentes imprescindíveis para uma Escola de Autonomia, da Comunidade para a Comunidade, e com respostas sociais.

#### **Às Associações de Pais e Encarregados de Educação / Pais:**

- **Participar e acompanhar activamente a implementação das AEC**, nos diversos órgãos de participação dentro e fora da escola, tornando perenes e sustentáveis as medidas;
- **Promover uma cultura de exigência e de excelência** pedagógica, técnica e logística;
- **Continuar a defender as condições e o tempo efectivo necessário para sermos Pais Presentes**, contrariando a errada ideia preconcebida de sermos Pais Ausentes.

#### **No entanto devemos frisar os PROBLEMAS INICIAIS:**

- **O Início tardio** do processo, só a 16 de Junho;
- **A falta de regulação activa e acompanhamento** permanente ao nível do Ministério da Educação - A Comissão Nacional de Acompanhamento do Dr. Luis Capucha está limitada a observar (avaliar) e não há uma entidade reguladora a quem se possam colocar dúvidas, críticas ou queixas;
- **A divulgação tardia das orientações programáticas;**
- **O tempo escasso dado para o planeamento** e organização dos promotores;
- **A inexperiência das autarquias e de parte relativa das empresas subcontratadas;**
- A inexperiência demonstrada na organização das actividades;
- **A inexperiência / falta de sensibilidade face às necessidades pedagógicas de crianças de 6 / 10 anos;**
- **Hostilidade e falta de auscultação previa das Associações de Pais (APEE)** e outras entidades com experiência de organização de actividades extra-curriculares no terreno;
- **Informação limitada** dada pelos agrupamentos aos pais que causou transtornos desnecessários;
- **Agrupamentos foram pouco ou nada facilitadores**, provavelmente face a um processo de que também se terão sentido alheados e postos de parte;
- Os Conselhos Executivos dos Agrupamentos foram, em muitos casos, consciente ou inconscientemente, **pouco colaborantes e até bloqueadores**.



- Estas duas constatações fazem-nos também reflectir sobre a **pouca sensibilidade para o 1º Ciclo** existente ainda no quadro dos Agrupamentos liderados maioritariamente pelas Escolas Básicas 2 3;
- A gestão da **coordenação pedagógica não foi exercida** pelos Conselhos Executivos. Os professores contratados começaram a dar aulas sem que alguma vez tivessem conhecimento do perfil de cada um dos alunos, e já começam as queixas de indisciplina;
- **O financiamento foi indistinto**, não tendo em conta necessidades diferentes das autarquias face a escolas isoladas, a equipamentos insuficientes e a horários duplos;
- **A grande mobilidade e instabilidade dos professores contratados** entre escolas do mesmo agrupamento ou até de agrupamentos diferentes, acaba por causar problemas nas áreas com escolas mais dispersas ou com menos transportes colectivos (mal pagos, se tiverem que pagar combustível ainda acabam por estar a financiar as AEC);
- **Um processo pouco integrado**. Agrupamentos, Autarquias, pais e entidades executoras sem espaços de coordenação;
- **Um processo artificialmente separado do chamado “Apoios à Família”**.

**E também apresentamos alguns dos PROBLEMAS QUE AINDA SUBSISTEM:**

- **A falta de coordenação / integração** entre as diversas componentes deste processo: autarquias, entidades executoras (empresas, apees, ipss, etc.), agrupamentos, pais, professores contratados das AEC;
- **A coordenação pedagógica insuficiente ou inexistente** (mesmo a estabelecida no despacho). Desconhece-se como, na prática, este processo está / irá desenvolver-se;
- **A forma de contratação e remuneração** causa problemas organizativos e pedagógicos;
- **A falta de professores para as AEC** derivado da monopolização das 3 actividades (Inglês, Música e Ginástica);
- **A alteração das actividades** inicialmente apresentadas aos Pais e às crianças, com quebra de expectativas;
- **A falta de auxiliares e pessoal de acompanhamento**, com repercussões na segurança e vigilância;
- **A falta de espaços nas instalações escolares;**
- **Os horários pouco pedagógicos**, desfasados, desajustados e até incompatíveis com as reais necessidades de crianças com 6 a 10 anos.

Estes horários estão feitos mais no sentido de **maximizar a redução de custos** com a logística de professores, auxiliares e instalações e menos no sentido de responder às necessidades das crianças. São autênticos atropelos pedagógicos que põem os horários “especiais” de que nos queixávamos haver nas escolas (e que ainda a Ministra recentemente referiu), na prateleira das “boas práticas”;

- **A Escola a tempo inteiro, está a meio tempo.**

Não só as famílias precisavam de ver o processo alargado até às 19h/20h, como neste momento a cobertura até às 17h30, todos os dias, não é uma realidade. Há dias sem AEC, logo as escolas fecham. No entanto o **Ministério paga pelo maior preço (as 3 actividades)**, o que pressuporia aquele alargamento de horário;

- **Desconhecem-se conteúdos programáticos, pedagógicos e didácticos;**
- **Desconhecem-se os currículos dos professores contratados;**
- As APEE que estão a gerir as AEC ou os apoios ao Estudo estão a ver os **pagamentos muito atrasados;**



- **Desconhecem-se parâmetros para a avaliação;**
- A avaliação de resultados das AEC nas crianças (em cada criança) e resultados globais da implementação e execução ao nível do Concelho;
- **A falta coordenação em parceria** (com Pais, Autarquias e Agrupamentos);
- Já há referências à necessidade de **obtenção por parte dos Pais de materiais para as AEC;**
- Falta clarificar um **interlocutor com capacidade reguladora** ao nível da administração central.

**E quanto aos outros apoios à Família:**

- Os ATL após as 17h30 estão com apoios menores;
- As Necessidades Educativa Especiais estão “congeladas”, o que está a trazer graves problemas às Escolas, nomeadamente no quadro das AEC, onde tudo o que se referiu (professores pouco habilitados, horários pouco pedagógicos, má organização e falta de coordenação pedagógica), toma, nestes casos, consequências maiores.

Estas são duas situações que urge enquadrar no quadro da Escola inclusiva a tempo inteiro.

*XXI Encontro Regional das Associações de Pais  
Lisboa, 25 de Novembro de 2006*